

Em questão/A constituinte

O tamanho do Estado

Beatriz Bomfim

UMA das questões mais controvertidas da proposta da Comissão Arinos é o papel que ela prevê para o Estado, ou seja, o tamanho e extensão de sua intervenção na sociedade. Há quem critique o trabalho dos 49 notáveis por ter privilegiado a presença estatal, mas há também quem ache, como o cientista social Luiz Werneck Vianna, que o anteprojeto manteve a prevalência do público sobre o privado, mas sem qualquer novidade em relação

às constituições anteriores. A preocupação com o avanço estatal na esfera econômica às vezes não deixa ver que o crescimento maior talvez tenha ocorrido em relação à cidadania. O cientista político Wanderley Guilherme, por exemplo, teme que, ao expressar uma preocupação por demais exagerada em relação aos direitos do cidadão é a questão social, o Estado seja transformado numa espécie de babá, retirando do brasileiro o direito de experimentar, inovar e até mesmo errar.

O cidadão tem direito à iniciativa própria

■ Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político:

atendimento à sociedade. Mas exageraram um pouquinho. De repente se transforma num Estado-babá, o que não é absolutamente pedagógico do ponto de vista da criação de uma sociedade auto-affirmativa. O comprometimento social do Estado é indispensável, está bastante enfatizado, mas exagerado em alguns momentos ao retirar da cidadania o direito de procurar, de experimentar, de inovar e até mesmo de se machucar, sem ser espreitada, amparada ou cuidada. Até mesmo as crianças têm o direito de cair para andar. Acho que o problema do estatismo não está sendo bem discutido. Colocam-se obstáculos (no sentido positivo, mas obstáculos) muito mais no sentido de a cidadania aprender a conviver democraticamente, sem que o Estado esteja sempre presente, rondando, tomando conta.

O tamanho justo de um Estado contemporâneo não deve ser tanto no que diz respeito à sua atividade como produtor econômico, quanto como regulador ou tutelador, como é esse que surgiu na proposta Arinos, fixado a priori. A não ser para os mais dogmáticos. A vida social contemporânea é muito complexa, nunca se pode prever onde surgirão desequilíbrios, conflitos de grande magnitude, políticas bem intencionadas mas que acabam, no percurso, gerando efeitos perversos, necessitando portanto de correção. Então há algumas coisas mais ou menos clássicas, que até os economistas clássicos aceitam. A presença do Estado como atividade produtora de bens econômicos é justificada no que a literatura chama de bens públicos, o que, em termos simples, significa aquele bem que a iniciativa privada, por diversas razões que não vêm ao caso, não está disposta ou não pode produzir. Nesses casos, admite-se como legítima a intervenção do Estado na produção daqueles bens que interessam a toda a sociedade e à própria iniciativa privada que, de outra forma, não sobreviveria.

Na sociedade complexa moderna, industrial de massas, o que é necessário que o Estado produza, para que a própria iniciativa privada também cresça, é muito diferente do que seria antes da Segunda Guerra Mundial ou no século passado. Todo um aparato produtivo estatal mais relevante — o chamado setor produtivo estatal — não as autorarquias ou fundações — tem sido profundamente importante



para a expansão do capitalismo brasileiro, para a produção de bens de base, de insumos industriais sem os quais a economia brasileira não se teria desenvolvido com tanta pujança. Em outros países, esta participação possa ser, talvez, indubita. Mas no Brasil não é, não foi, tanto que a iniciativa privada não foi avassalada pelo Estado. Ao contrário, cresceu com a participação do Estado. Hoje a renda real disponível é equivalente à de 40 anos atrás, a 12% do Produto Nacional Bruto, quando em 1960 chegou a atingir 18%, quase 20%. Houve um crescimento do Estado, de 1940 a 1960, com o recuo da iniciativa privada, mas de 60 para cá verificou-se um movimento inverso; estamos agora num país com uma economia completamente diferente, muito mais madura, muito mais complexa, igualzinho há 40 anos.

A questão da definição do tamanho do Estado não pode ser resolvida de maneira dedutiva, nem sair de textos de economia, de doutrinas filosóficas ou de doutrinas políticas sem que se introduza, na relação do Estado com os grupos sociais, uma componente autoritária que absolutamente não desejam. Como definir isto? Por um lado, há a sociedade contemporânea uma dinâmica de disputa e de competição entre diversos segmentos sociais que ajuda a balizar onde e quando a intervenção do Estado é efetivamente requerida, a fim de que a operação da sociedade como um todo não seja prejudicada.

E por outro lado, quando existem na sociedade instrumentos que não sejam apenas aquele eleitoral, que se repete a cada quatro anos, de controle e fiscalização; aqui também a proposta Arinos é digna de aplausos ao introduzir a figura do ouvidor-geral, do defensor do povo e o referendo. Porque a grande oportunidade que a população tem de se manifestar — e quando ela se manifesta tem de fazê-lo sobre um grande pacote de questões —, é a cada quatro anos. Tenho a certeza de que, se o programa nuclear tivesse sido objeto de consulta não seria aprovado. E também estou certo de que a população brasileira é favorável à autonomia na geração de energia nuclear. Isto é outra coisa. Mas misturaram as duas e, como não houve chance de um referendo popular para uma e para a outra coisa, ficou complicado. Ser contra uma, hoje, é também ser contra a outra.

Eu acho que a questão do tamanho ótimo do Estado vem, portanto, de um lado através da própria dinâmica social (é preciso acreditar na sociedade, nas partes que a compõem), que irá definindo o contorno deste tamanho e, do outro lado, da existência de instituições efetivas, que funcionem entre eleições, permitindo colocar em discussão certos comportamentos do Estado.

Em relação a outros aspectos da intervenção do Estado, há algumas coisas que exprimem, na proposta da comissão Arinos, boas intenções, mas são irreais. Apenas como exemplo a garantia de habitação condigna para toda a população. Uma sociedade não pode fazer um pacto constitucional consigo mesma, fundando um poder político que terá este compromisso. Isto é impensável, é irrealismo. Deve ser ideal caminharmos não apenas para a habitação condigna, mas também para a alimentação, a saúde, a educação. Mas não devem constar do pacto constitucional. Outro aspecto é o da garantia do salário justo e real. Esta é uma noção da Idade Média que teve valor em sua época quando os "teólogos da liberdade" dos séculos XIV e XV, preocupados com a grande acumulação comercial, a pauperização das populações e a exploração do homem pelo trabalho, levantaram a bandeira do salário justo. Na época, procurava-se retirar do empregador o total arbitrio sobre o que era justo, que deveria ser pago. Mas isto foi há muito tempo. Falar hoje em salário justo e veicular esta noção é de novo ter boas intenções. Ninguém vai entrar em desacordo, mas é irreais.

Só para retomar a questão anterior, há uma série de aspectos em que a intenção da comissão Arinos é positiva no que expressa, mas que poderão criar efeitos perversos a longo prazo, retirando da cidadania a iniciativa da sociedade no seu direito de experimentar, errar, cometer tonteiros, tolices, dançar, beber, dizer coisas — como diria Manuel Bandeira.

Respeitar o empresário e também o trabalhador

José Mindlin, empresário (presidente da Metal Leve):

A preocupação de todos, não apenas do empresariado, com a futura Constituição, deve ser abrangente. Cada um deve se posicionar com grandeza, antes de fazer qualquer sugestão. Eu me preocupo pela futura Constituição como cidadão e não apenas como empresário, que tem os seus interesses específicos. Se nós começarmos a nos dividir e medir interesses próprios, seremos seguidos pela população e certamente caminharemos para um corporativismo, coisa que eu acho muito arriscada. Se nós, empresários, pensarmos em termos de empresa, apenas, estaremos reforçando o corporativismo. Perante a Constituição, sou apenas cidadão. Nós não podemos querer uma ordem econômica que respeite o empresário e não o trabalhador. Temos de agir como cidadãos. Temos de ter espírito público para pensar a futura Constituição, caso contrário ela vai virar uma coleção de retalhos.

Não dá para assimilar quinhentos artigos

■ Eugênio Staub, empresário (presidente do grupo Gradiente):

A Constituição tem de ser a mais simples possível e fundamentada nos princípios gerais da nação. O que tem de ser discutido, no Congresso são as ideias. Eu não sou a favor nem de uma constituição com sete artigos, como é a original americana, nem com uma com 400 artigos, como eu já ouvi falar. Primeiro: a Constituição tem de sobreviver aos tempos. Segundo: a sociedade tem de conhecer a Constituição, é uma questão de marketing. O cidadão brasileiro é capaz de decorar o Hino Nacional mas não conhece a Constituição. Ela hoje é tão complexa, que a maioria das pessoas se espantam ao ler. Os direitos humanos, o papel da iniciativa privada, do Estado, das forças armadas, têm de estar ao alcance do cidadão médio brasileiro, e um livrinho de 500 artigos não dá para assimilar. Nem os intelectuais conseguem.

O maior banqueiro desse país, o Amador Aguiar, não é formado. O outro, o Olavo Setubal, é formado em engenharia. A futura Constituição tem de ter um texto para o povo entender e para o juiz do interior de Pernambuco poder interpretar. A Justiça tem de ser profundamente reformulada, aumentando o poder dos juizes. Hoje eles estão limitados pela própria legislação. Um terceiro ponto é não deixarmos que a futura Constituição caja — num corporativismo e nós estamos tendendo para uma constituição corporativista, com cada um olhando os seus próprios interesses. Um quarto ponto importante: o papel da iniciativa privada. Nós, empresários, nos últimos 20 anos fizemos um país politicamente de direita e economicamente de esquerda. Foi o pior de dois mundos. Eu preferia que tivesse sido o contrário. Mas foi uma lição. Acabamos estatizando o país... O setor privado, na próxima Constituição, tem de crescer mais do que o Estado. Um quinto ponto, é aumentar a representatividade do Congresso. O voto distrital aproxima o eleitor de seu representante, o que facilitaria cobrança. É uma maneira de aproximar o congressista de suas bases. Temos de resolver a questão do poder financeiro por trás dos candidatos. O horário gratuito é um entulho autoritário, uma forma de assegurar que o partido no poder se perpetue.

MÚSICA POPULAR | Tárik de Souza



Hall, Jagger e Stewart

Estrelas da Canção

Proveniente dos estúdios Buena Vista, de Walt Disney, o filme *Ruthless People* (ainda sem título em português), em cartaz em 189 cinemas americanos, ocupa o 5º posto da última lista de campeões do *Variety*, com uma arrecadação inicial de 30 mil dólares. Por trás destes *Exorcist* das telas, um trio musical da pesada, Mick Jagger, Daryl Hall (da dupla com John Oates) e Dave Stewart (dos Eurythmics), interpretam e assinam a canção tema, que leva o título do filme. Nem é preciso acrescentar que a música *Ruthless People* já é uma das mais executadas das emissoras americanas e candidata-se, desde logo, a disputar a indicação para o Oscar de melhor do ano no setor.

Saindo do Forno

Depois de dois anos de hibernação, o single dos Pretenders, *Don't Get Me Wrong*, escrito por Chrissie Hynde, recoloca a banda em circulação. Na outra face, *Dance*, da mesma autora, em duas versões. Também de single novo, após ano e meio na muda, o baladista Paul Young: *Wonderland*, que não constará de seu próximo LP. Billy Idol preferiu uma velha canção de Booker T. para também reaparecer em single: *To Be A Lover*, de 68. Já o Ultravox vai de single (*Same Old Story*) e LP, depois de dois anos de silêncio. Para comemorar, põe o bloco na rua em novembro, numa excursão que começa em Glasgow, Escócia. Envolvido numa longa turnê de dois anos, o Simple Minds, ao contrário, pretende tirar um álbum duplo dos espetáculos ao vivo. Eles passam pelo Japão, Nova Zelândia, Austrália e quase todos os países da Europa: os tapes vão sair da exibição no Zenith de Paris.



Sons de Sampa

Originário do celeiro do teatro Lira Paulistana, o instrumental ZonAzul (Som da Gente) chega às lojas com a proposta de fazer a trilha sonora da cidade de São Paulo. Teco Cardoso (sax-alto, soprano e flauta), Michel Freidenzon (teclados), Silvio Mazzuca Jr. (baixo), Jarbas Barbosa (guitarras) e A.C. Dal Farra (bateria), juntos desde 83, misturam jazz, rock e ritmos brasileiros em produção própria (Hino à Cidade de São Paulo) e alheia (Vera Cruz, de Milton Nascimento, Fazenda, de Nelson Angelo).

Museu de Tudo

A exemplo da caixa de LPs de Bob Dylan, sete mais bem sucedido discípulo, Bruce "The Boss" Springsteen, vem aí com um tijolo do mesmo calibre. Cinco LPs englobados sob o título *Bruce Springsteen and the E Street Band 1973-85*, com 40 músicas gravadas na estrada em 75, 76, 80-81 e 84-85. O próprio Springsteen pilota as mixagens. Acompanha a caixa um-livro de 36 páginas com as letras das músicas e fotos dos shows. Já o período 82-83 dos Rolling Stones, registrado nos arquivos da BBC de Londres, começa a circular fora do circuito pirata. A rede de emissoras Westwood One, dos EUA, leva ao ar este mês as *Itags*, com o título geral de *Made in the Shade*. E se alguém ainda agüenta, vem mais uma campanha musical benéfica por aí. Alguns artistas ingleses estão arrecadando fundos para ajudar o grupo punk de San Francisco The Dead Kennedys, envolvidos num processo por pornografia (Jello Biafra, o líder, ainda está metido em outro rolo, a agressão a um policial num dos shows do grupo). A primeira banda a aderir à causa e empreender uma excursão rendadora não poderia ter título mais apropriado: *Toxic Reasons*.